

**Juan Diego Pérez Cebada, *Tierra Devastada. Historia de la contaminación minera (en las grandes cuencas de minerales no ferrosos hasta 1945)*. Madrid: Editorial Síntesis, D.L. 2014 (283 pp. + [5] bibliogr. ; ilustr. – Col. Economía. Serie: Historia Económica. 21,37€ brochado).**

Nas últimas décadas, têm-se multiplicado os estudos sobre a poluição e sobre o impacto ambiental gerado pela indústria mineira moderna ao longo do tempo, merecendo uma atenção crescente por parte de economistas, cientistas sociais e historiadores do ambiente. Os temas mineiros e metalúrgicos têm sido privilegiados pela história ambiental em abordagens frequentemente de âmbito local ou regional e centrados na análise da contaminação mineira em múltiplas vertentes, sendo de destacar a poluição gerada pela actividade de grande escala com as tecnologias de elevado rendimento e de grande impacto sobre os ecossistemas, as formas institucionais e os sistemas legais de enquadramento dessa actividade, os conflitos ambientais emergentes, os desastres ambientais e, finalmente, a criação de modos de gestão desse vasto passivo ambiental. Entre nós, as questões ambientais não têm merecido até agora mais do que algumas referências na historiografia mineira, facto que será certamente ultrapassado dado o crescente interesse por estas temáticas, como aponta a criação recente da Rede Portuguesa de História Ambiental e do Grupo de Estudos sobre Conflitos Ambientais. Neste contexto, este livro de Juan D. Pérez Cebada (PC), historiador económico e professor da Universidade de Huelva que há longos anos tem trabalhado os problemas da poluição mineira, deve merecer a nossa atenção, não só pela proximidade e abrangência teórica e geográfica das questões que analisa, como também por constituir uma excelente base de trabalho para estudos futuros nesta área.

Em *Tierra Devastada*, PC oferece-nos uma visão de conjunto sobre o problema histórico da contaminação mineira que dá coerência à abundante produção sobre este tema, centrando-se nos minerais não ferrosos, geralmente negligenciados nas gestas heróicas do passado recente sobre a Revolução Industrial. Porém, mais do que uma síntese de trabalhos anteriores, estamos perante um edifício de criação própria que se coloca no âmbito da história ambiental e numa perspectiva que se aproxima da economia ecológica (alternativa, pois, à interpretação optimista da economia energética). A obra é sustentada por vasta bibliografia e por fontes secundárias impressas, a par de investigação empírica realizada pelo autor em arquivos em Espanha e no Canadá ao longo de duas décadas. (Infelizmente, apenas uma pequena parte dessa bibliografia se encontra na publicação em papel e o leitor terá de descarregar previamente no sítio web da Editorial Síntesis essa listagem completa - 26 páginas em formato PDF - para poder acompanhar as referências do texto).

Nesta obra, PC procura demonstrar que nas grandes bacias mineiras de metais não ferrosos se irá desenvolver uma contestação precoce sobre as consequências ambientais da contaminação e que esta ultrapassa os conflitos imediatos de interesse entre agentes concorrentes. Daí a ênfase que dá aos conflitos que emergem com a degradação ambiental associada à actividade regular das empresas mineiras. Percorrendo vários pontos do planeta e épocas, ele mostrará a natureza mundial destes fenómenos reactivos que expressam contradições em diferentes escalas: as primeiras, imediatas, locais, entre os empresários mineiros e os proprietários, lavradores ou camponeses; outras, mediatas, vistas as ligações que as explorações têm com a economia mundial; e as últimas, mais amplas e profundas, que afectam a tomada de consciência perante

os problemas industriais modernos e que irão dar origem a movimentos críticos desde finais de Oitocentos.

Nesta análise dos conflitos ambientais, o historiador procurou a comparação entre casos já conhecidos ou trabalhados por ele, para encontrar pontos de contacto e de divergência. Deste modo, propõe-se abordar as raízes históricas do problema da poluição mineira que tem tomado duas faces: por um lado, trata-se de uma actividade que, nos últimos dois séculos, tem sido directamente responsável por uma contínua, crescente e irreversível destruição ambiental e, por outro, tem conduzido a investimentos crescentes por parte dos Estados ou de terceiras entidades em programas de reabilitação ambiental.

PC começa por fazer um breve historial do debate crítico sobre a contaminação mineira na tradição intelectual ocidental que precede a formação de visões e linhas de pensamento antinómicas mais recentes (os Doomsters que apresentam uma visão catastrófica do futuro e os Cornucopianos que acreditam na capacidade criativa do homem para enfrentar os seus problemas). Os críticos, muitos deles engenheiros de minas, seriam responsáveis desde o século XVIII pelos primeiros cálculos sobre a devastação ambiental provocada pelas minas, pelos esforços técnicos e científicos para diminuir os seus efeitos e pela introdução de regras (legislação) que limitavam determinadas práticas mineiras e metalúrgicas.

O segundo capítulo, o mais extenso (58 páginas), é dedicado aos conflitos nas grandes bacias mineiras e metalúrgicas desde o início do século XIX na Europa (na Grã-Bretanha, Sheffield, Lancashire e Swansea; na Alemanha, Ruhr, Friburgo (Saxónia), Alta Silésia, Harz; em França, o Ródano; nos E.U.A., as bacias nos Estados do Tennessee, Utah, Califórnia, Montana; no sul da Península Ibérica, o vale do Guadiana), no Japão (as minas de Besshi, Hitachi e Ashio) e na América do Sul (Perú e Chile, com destaque para as minas de Norte Chico e El Teniente). Por toda a parte, os conflitos de propriedade, geralmente opondo proprietários de terras e lavradores a grandes companhias, tenderam a ser resolvidos por via judicial e por via de indemnizações. São significativos, no entanto, os conflitos abertos e os contextos onde o quadro de resolução pacífico fracassou. PC descreve com detalhe o modo como o progresso nas tecnológicas de queima de mineiro (fornos) e de tratamento metalúrgico tornaram o sistema eficiente num quadro de expansão da actividade mineira. Através da legislação, os Estados instigaram a adopção da melhor tecnologia quando esta estava disponível sob pressão dos próprios agentes, procuraram limitar os efeitos indesejados da indústria sobre o ambiente (com preocupações sanitárias principalmente).

No capítulo seguinte (Contaminação urbana e contaminação mineira), procede-se à análise de conflitos ambientais em meio urbano entre os finais de Oitocentos e as vésperas da II GM em três casos distintos: Huelva, Paris e Liège. Estes conflitos mobilizaram um grupo diversificado de grupos sociais em torno da defesa da saúde e qualidade de vida contra os interesses industriais, nos quais os municípios apareceram simultaneamente como mediadores intermédios e reguladores locais. No caso da pequena cidade de Huelva, interessou-lhe a forma como o município, na viragem do século XX, decidiu a favor da instalação de uma fábrica de ácido sulfúrico e como não atendeu a reclamações posteriores. Mais tarde, já nos finais dos anos '30, em época de fervor nacionalista, o município lança um imposto sobre a contaminação do porto que afectou directamente as companhias inglesas. Em contrapartida, no caso de Paris, mostra-se como a pretensão da empresa das minas de Rio Tinto para instalar na cidade uma fábrica de ácido sulfúrico é indeferida com base na mobilização da opinião

pública, onde os técnicos desempenharam um papel influente, e também do apoio de outros municípios que seriam afectados pelo aumento da poluição do rio Sena. Na análise deste processo, o autor conclui que “perante a falta de legislação e a passividade conivente em muitos casos do Estado e de outras instituições intermédias, foram as entidades municipais as que desempenharam um papel fundamental na mobilização de protesto contra as empresas mineiras” (p.110). No caso de Liège, interessou-lhe identificar as causas do acidente que matou 60 pessoas e afectou outras mil por inalação de gases químicos (nuvem tóxica) em 1930 e que esteve na origem da imposição de regras mais duras. O capítulo termina assim com uma breve descrição compreensiva da legislação relativa à contaminação atmosférica em França, Inglaterra, Bélgica e nos EUA (onde ela era praticamente inexistente devido à posição do governo face aos movimentos de cidadãos).

Seguidamente, PC compara conflitos ambientais em Espanha e no Canadá que, por terem mobilizado a opinião pública e envolverem os governos, se tornaram «magnas questões nacionais». Descreve depois (capítulo 5) as estratégias empresariais usadas para remover os obstáculos levantados por partes lesadas pela poluição mineira, destacando o papel da inovação tecnológica, em especial no que se refere aos progressos e às diferentes tecnologias usadas no tratamento do minério a jusante das explorações, bem como das «comissões de peritos» junto da opinião pública e dos governos.

O último capítulo é dedicado à análise do papel das instituições que actuam nos quadros jurídicos anglo-saxónico e continental, da legislação específica que surge como resultado de controvérsias emergentes, e da formação das ligas anti-poluição e movimentos de resistência civil. Finalmente, nas breves conclusões, o autor realça que a tomada de consciência sobre os problemas de contaminação aparecerem historicamente relacionadas com o debate sobre as limitações do crescimento económico desde os finais do século XIX, ou seja, com a expansão da grande exploração mineira e com a acelerada internacionalização da contaminação mineira. Os problemas iniciais, que se prendem com a saúde pública e com «os conflitos típicos de vizinhança», irão dar lugar a preocupações mais vastas de índole ambiental que serão introduzidas no direito de propriedade mineira. O autor realça ainda que os progressos técnicos e científicos para limitar a poluição foram enormes e que as companhias mostraram-se disponíveis para as incorporar desde que fossem economicamente viáveis. Assim, como resultado da queda contínua no preço das matérias-primas, o aumento do consumo final anulou por completo aquelas vantagens (paradoxo de Jevons).

*Tierra Devastada* acaba assim por centrar-se nos múltiplos conflitos ambientais gerados pela contaminação nas minas de metais não ferrosos (as mais imediatamente agressivas para o meio ambiente) e nas estratégias das empresas e dos Estados para ultrapassar os problemas emergentes e os desafios colocados pela mobilização da sociedade civil. E as estratégias das empresas passaram tanto pela conquista da opinião pública e pela influência junto dos governos, como pela inovação técnica e científica, enquanto a ação dos segundos se fez principalmente através da legislação e das organizações vocacionadas para a gestão de direitos sobre recursos e do meio ambiente. Estamos perante um notável esforço de investigação empírica e de compreensão analítica assente na inventariação de casos históricos notáveis de contaminação ambiental provocada pela grande indústria mineira de metais não ferrosos, onde a organização empresarial, a ciência e técnica e as instituições interagem de forma dinâmica ao longo do

tempo na lógica própria do capitalismo moderno. Ficaré assim como um marco de referência para investigações futuras nesta área.

**Paulo E. Guimarães**

Centro de Investigação em Ciência Política  
& Departamento de História  
Universidade de Évora  
E-mail: peg@uevora.pt